

**A TERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR  
SUCROALCOOLEIRO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE  
PRESIDENTE PRUDENTE – SP: as tramas do capital e os impactos  
no mundo do trabalho**

**TERRITORIALIZATION OF THE ALCOHOL PROCESSING  
COMPANIES IN THE MICRORREGION OF THE PRESIDENTE  
PRUDENTE - SP: the web of the capital and impacts on the labor  
world**

**Joelma Cristina dos Santos**

Graduada e Mestre em Geografia pela FCT/UNESP – Presidente Prudente  
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia/UFU)  
Bolsista CAPES  
joelmacs1@bol.com.br

**Vera Lúcia Salazar Pessoa**

Profª Dra. do Programa de Pós Graduação em Geografia/UFU)  
vs.pessoa@terra.com.br

**Resumo:** O processo de produção/reprodução do espaço deve ser compreendido à luz da relação homem x meio que, por sua vez, é desencadeada pelo processo de trabalho. O espaço geográfico é aqui entendido, enquanto condição de reprodução, logo não se trata de um receptáculo de coisas, mas elemento de interação e conexão no processo. A Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, tradicionalmente ocupada pela pecuária, vem passando por várias alterações a partir da expansão das lavouras de cana-de-açúcar e da reestruturação produtiva das empresas sucroalcooleiras existentes na região, além da vinda de novas empresas. Cabe mencionar que as primeiras empresas do setor sucroalcooleiro se instalaram nessa região em meados dos anos 1970, e novas empresas estão sendo implantadas aí a partir dos primeiros anos do século XXI. A reestruturação produtiva provoca vários impactos no mundo do trabalho, que se encontra cada vez mais precarizado, seja por via da terceirização, fragmentação, seja pela subcontratação da mão-de-obra. Dessa forma, pensar na territorialização das usinas de cana-de-açúcar nos obriga a compreender os novos mecanismos impostos pelo capital e seus desdobramentos para o trabalho. A partir das tramas que envolvem a relação capital x trabalho é possível desvendar novos elementos que interagem no processo de produção/reprodução do espaço.

**Palavras-Chave:** Espaço. Capital. Trabalho. Usinas. Precarização.

**Abstract:** The production process/reproduction of the space must be understood under the light of the relation man x environment that, in its turn, is created by the work process. The geographic space here is assumed, while condition for reproduction, then, it has nothing to do with a space container of things, but it is indeed an element of interaction and connection in the process. The Geographical Microregion of President Prudente, traditionally used for the cattle raising lives now some alterations because of the expansion of sugar cane cropping and the productive reorganization of the existing alcohol processing companies in the region, beyond the coming of new companies. It's

important to mention that the first alcohol processing companies had been implanted in this region in the middle of 1970's and new companies are being installed there in the beginning of the century XXI. The productive reorganization provokes some impacts on the labor world. The labor is in an even more precarious condition such as by contract without guarantees, subcontracts systems and fragmentation. In this way, we need to think of the sugar cane companies and how its territorialization leads us to consider about new methods imposed by capital and its consequences on the labor world. From the web that involves capital x labor relation is possible to uncover new elements that interact in the production process/reproduction of the space.

**Key-words:** Space. Capital. Precarious labor. Plant.

## **Introdução**

O objetivo principal do presente artigo é discutir a territorialização do capital sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente/SP, considerando a reestruturação produtiva do capital, as mudanças ocorridas no setor sucroalcooleiro na viragem do século XXI, movidas pela demanda internacional do etanol, diante da ameaça de uma crise energética mundial nos próximos 30 anos. O processo de territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro deve ser entendido a partir do (re)ordenamento do capital e, principalmente do trabalho, já que sem este o primeiro não se reproduz.

É nesse contexto que a categoria trabalho deve ser apreendida na Geografia, levando-se em conta o processo histórico que, no seu decorrer, subordina os valores de uso aos valores de troca e o valor enquanto produção-realização se concretiza a partir do trabalho que, no contexto atual, se encontra aprisionado, embora demonstre várias manifestações de clamor por sua liberdade, através das ações de resistência dos trabalhadores.

Assim, a atual fase de reestruturação produtiva do capital implica na construção de um “novo universo do trabalho”, que é complexificado, multifacetado, fragmentado e onde se intensificam todos os níveis de precarização, o que reflete em um aumento de trabalhadores temporários, parciais, subcontratados, terceirizados, além da intensificação do desemprego estrutural.

Tendo como cenário o setor sucroalcooleiro, cuja reestruturação tem impactado os trabalhadores em sua dimensão subjetiva - instrumento ideológico voltado para a

valorização do capital - e organizacional, além de alterar a estrutura do emprego e desqualificar o trabalho existente, Thomaz Júnior (2003) atenta que para se entender o campo e as formas como expressam e se estruturam as relações aí presentes, a categoria trabalho se torna porta de entrada para o exercício da ciência geográfica.

Dessa forma, o trabalho, em sua mediação sociedade x natureza, produz territórios que, sob domínio do capital, são apropriados, aprisionados e, diante da consciência das relações de dominação que estão colocadas, há a produção dos territórios de luta. Assim, entendemos que território e trabalho estão intimamente ligados, no ato do fazer-se homem, bem como na produção do espaço.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, tradicionalmente ocupada pela pecuária, vem ocorrendo a expansão do setor sucroalcooleiro, em decorrência da grande disponibilidade de terras que, anteriormente, eram aproveitadas pela pecuária extensiva, e que vem cedendo espaço aos canaviais. Outrossim, vem ocorrendo a incorporação de unidades agroindustriais por grupos empresariais provenientes de outras regiões que, num movimento de concentração e centralização de capitais, engendram um (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho.

A compreensão deste cenário, e do entendimento das tramas que se concretizam em novas formas de reprodução do capital, nos fornece elementos para a compreensão do processo de reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro que, através das suas diferentes artimanhas, contribuem para a intensificação do trabalho precarizado e suas diversas manifestações na agroindústria canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.

Dessa forma, discutiremos a territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, contemplando o processo de fusões e aquisições dentre as empresas do setor, bem como as disputas por terras, movidas pela expansão da cana de açúcar na região. Na seqüência, discutiremos a intensificação das condições precárias de trabalho a que são submetidos os trabalhadores do setor, principalmente no que se refere aos cortadores de cana, no tocante às cobranças pelo aumento da produtividade e, por fim, apresentamos as considerações finais.



Assim, atualmente se encontram instaladas as seguintes unidades do setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente: Destilaria Alcídia, no município de Teodoro Sampaio; Usina Alto Alegre, em Presidente Prudente; Destilaria Paranapanema, instalada em Narandiba; Destilaria Decasa, instalada no município de Caiuá; Destilaria Alvorada d'Oeste no município de Santo Anastácio; Destilaria Santa Fany, no município de Regente Feijó; Usina Atena instalada no município de Martinópolis e Usina Cocal II, no município de Narandiba.

Alguns elementos são importantes para entender o (re)ordenamento do setor sucroalcooleiro, destacando-se o movimento de fusões, aquisições e parcerias dentre as empresas, inclusive por grupos não ligados a atividades canavieiras. Para Chesnais (1996),

[...] um dos principais objetivos industriais de uma aquisição/fusão consiste em pegar uma parcela do mercado, especialmente quando for acompanhada pela aquisição de marcas comerciais, de redes de distribuição e de clientes cativos. (CHESNAIS, 1996, p. 64).

O movimento de fusões e aquisições que envolvem as empresas brasileiras do setor sucroalcooleiro é motivado pela demanda por etanol, quadro que integra parte da conjuntura mundial da crise energética e das metas estadunidenses de redução do consumo de combustíveis fósseis em 20% até 2017. O interesse pelo etanol brasileiro é motivado pelos seus custos de produção, US\$ 0,22 por litro, inferior ao custo estadunidense, de US\$ 0,30 e da União Européia, US\$ 0,53, conforme afirma Tautz (2007).

O interesse internacional pelo etanol, coadunado com a disponibilidade de terras para o plantio da cana no Brasil, ocorre associado com o domínio estrangeiro das terras e das empresas brasileiras, processo que poderíamos explicá-lo através do que Harvey (2005) denomina de “novo imperialismo”. Assim, o autor trata da “coerção consentida” que, a nosso ver, explica a atual posição do Brasil no que se refere às negociações internacionais, envolvendo o etanol. Para Harvey (2005),

[...] a acumulação interminável do capital, por exemplo, produz crises periódicas no âmbito da lógica territorial devido à necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político/militar. Quando o controle político se altera no âmbito da lógica territorial, os fluxos de capital também têm de se alterar para adaptar-se a isso. Os Estados regulam seus negócios segundo suas próprias regras e tradições peculiares, produzindo assim estilos

específicos de governo. Cria-se aqui uma base para desenvolvimentos geográficos desiguais, lutas geopolíticas e diferentes formas de política imperialista. (HARVEY, 2005, p. 149).

As parcerias e aquisições no setor sucroalcooleiro também já fazem parte da realidade da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente/SP, considerando que a Odebrecht anunciou em 03/07/2007 a compra de 85% da Destilaria Alcídia, no município de Teodoro Sampaio (SP), um investimento de R\$ 290 milhões entre a aquisição e o aumento da moagem, conforme reportagem “Odebrecht compra usian Alcídia por R\$290 mil” (2007, p. 1). A Odebrecht pretende atuar também em logística, transportes e comércio exterior do setor sucroalcooleiro.

A Odebrecht tem como uma de suas metas, a de que até 2012, a Destilaria Alcídia atinja a capacidade de produção de 4,2 milhões de toneladas de cana processadas por ano. Isto revela o quanto o setor sucroalcooleiro tem se expandindo na região de Presidente Prudente, além de confirmar o (re)ordenamento territorial do capital no setor.

De acordo com informações da União dos Produtores de Bioenergia, a Odebrecht, além do processamento de cana, a produção de açúcar e álcool, de energia elétrica e do comércio exterior no setor sucroalcooleiro, deverá atuar também na logística de transporte. Além de atuar no estado de São Paulo, a empresa deverá se expandir para outros estados da região Sudeste e também para o Centro-Oeste do país.

O Grupo Albertina, de Sertãozinho (SP) também atua na região de Presidente Prudente, através da Destilaria Paranapanema, instalada no município de Narandiba (SP). Porém, o Grupo Albertina associou-se à norueguesa Biofuel AS, primeira empresa de etanol da Noruega. De acordo com Gonçalves (2007), a Biofuel AS está investindo US\$ 170 milhões na expansão da Destilaria Paranapanema e, outro investimento de mesmo porte deverá ser feito na construção de uma segunda usina na região de Presidente Prudente, a Paranapanema 2, que deverá entrar em operação em 2010.

Gonçalves (2007) afirma que a Destilaria Paranapanema está recebendo investimentos para processar 1,5 milhões de toneladas de cana na safra 2008/09 e, juntamente com o outro projeto da Biofuel AS, a Destilaria Paranapanema 2, ambas deverão processar cerca de 4,6 milhões de toneladas de cana.

Com todo este (re)ordenamento territorial do capital no setor e, com as tendências já confirmadas de expansão da produção e exportação de etanol brasileiro, crescem as fusões, aquisições e parcerias no setor sucroalcooleiro por todo o país, além do

surgimento de novas unidades do setor, com destaque para os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, como não podia deixar de ser o estado de São Paulo ocupa novamente posição privilegiada nesta investida.

Cabe destacar que devido ao interesse pelo etanol brasileiro, não são apenas as usinas e os equipamentos para novas unidades do setor sucroalcooleiro que vêm sofrendo valorização, mas também as terras que passam a ser disputadas com os grãos, a pecuária, a produção de alimentos e os movimentos sociais. A disputa por terras, gera especulação em diversas regiões do país, inclusive na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente/SP, palco histórico de terras griladas, que passam a ser disputadas por usineiros, pecuaristas e movimentos sociais de luta pela terra.

As transformações espaciais que se materializam no país em decorrência da expansão dos canaviais, visando principalmente o suprimento das demandas mundiais do etanol, devem ser apreendidas a partir das diferentes formas de produção, da apropriação de terras e das relações sociais de trabalho.

Dito isto, cabe-nos ressaltar que o avanço da cultura da cana-de-açúcar no país reforça a concentração de terras, (re)ordena não só a sua distribuição mas também a da força de trabalho pelo território. Como exemplo, podemos citar as novas áreas de plantação de cana-de-açúcar no país, dentre elas, Goiás, e expansão de áreas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG). Sobre a força de trabalho podemos citar os migrantes nordestinos que, no período das safras, se dirigem aos canaviais paulistas e do Triângulo Mineiro.

Dessa forma, o avanço da cultura da cana-de-açúcar não é um fenômeno isolado, pois vem acompanhado da valorização das usinas, dos equipamentos e da valorização das terras, seja no que se refere ao preço das terras para a compra, seja para o arrendamento.

No estado de São Paulo, que detém aproximadamente 60% da produção de cana-de-açúcar, as terras apropriadas para o plantio custam duas vezes mais que em 2002. Na região de Ribeirão Preto, o valor do hectare mais que dobrou e, de acordo com Noel (2007), subiu de R\$ 9 mil para R\$ 21 mil. Já na região de Araçatuba, com tradição na pecuária, o hectare passou de R\$ 4 mil para R\$ 8 mil e, na região de Presidente Prudente, o autor aponta salto de R\$ 3 mil em 2002 para R\$ 6 mil.

Com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar e com as novas unidades do setor sucroalcooleiro que serão instaladas na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente/SP, o arrendamento em dinheiro, no ano de 2006 chegou a quase R\$ 500,00 por hectare por ano, conforme dados do Instituto de Economia Agrícola.

Em entrevista realizada junto à Destilaria Alcídia (município de Teodoro Sampaio/SP), em 30/05/2007, nos foi relatado que a empresa possui contratos de arrendamento por 5 anos, cujo preço estabelecido é de 25 toneladas cana/alqueire/ano. Foi também em trabalho de campo, no mesmo dia 30/05/2007, realizado junto à Destilaria Alcídia que nos deparamos com a realidade dos contratos de arrendamento estabelecidos entre esta empresa e os assentados que possuem terras próximas à usina. Para o Departamento do Agronegócio Familiar da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, o termo correto seria fornecedor e não arrendamento. O ITESP determina, através da Portaria 77/04 os limites do plantio de culturas agroindustriais - como é o caso da cana - a 50% da área agricultável dos lotes de até 15 ha e 30% dos lotes acima de 15 ha.

Porém, de acordo com Silva; Fernandes; Valenciano (2006), como não há fiscalização da área plantada, a cana vem sendo plantada em toda a área agricultável dos lotes arrendados.

A opção pelo arrendamento tem se apresentado às famílias assentadas como uma estratégia de resistência na terra, devido às dificuldades encontradas em se reproduzir com as políticas agrícolas em vigor. Tem se transformado em uma alternativa de renda mais segura quando comparado com as incertezas geradas pelo plantio de outros cultivos agrícolas. (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 172).

Com o avanço da cultura da cana-de-açúcar em todo o país, cuja produção no ano de 2006 foi de 457.245.516 toneladas em 6.144.286 hectares de área colhida e, com a previsão da safra 2007 de 514.169.758 toneladas em 6.707.954 ha de área colhida e, com o avanço da cana para o oeste de São Paulo, estado cuja previsão para a safra em andamento é de 295.477.005 toneladas em 3.505.065 hectares de área colhida, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Produção Agrícola Municipal, 2006-2007), as disputas por terras no Pontal do Paranapanema devem se intensificar ainda mais.



Dessa forma, a expansão da cana na região de Presidente Prudente já sinaliza a intensificação das disputas por terras, visto que contribui para a ocultação do histórico do problema da grilagem de terras no Pontal, além de ameaçar a produção de alimentos, inclusive pelos assentados, visto que, de acordo com dados apresentados por Silva; Fernandes; Valenciano (2006), o número de assentados que cultivam a cana já é maior que aqueles que cultivam arroz, feijão e abóbora, por exemplo.

A cana tem disputado espaço também com a pecuária, atividade tradicional na região e, com a soja, porém, ao contrário deste grão, que se expandiu na região desde 2000, quando a área colhida foi de 9.788 ha, atingindo o auge no ano de 2005, com 89.591 ha e, em 2006, teve sua área colhida reduzida para 51.473 ha, a cana tem se expandido ano a ano. No ano 2000, foram colhidos 57.167 ha de cana-de-açúcar, atingindo 83.718 ha em 2005 e, saltando em 2006, para 108.009 ha de área colhida (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Produção Agrícola Municipal, 2000-2006), conforme tabela 1.

Tabela 1 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente/SP - Área colhida (ha) de cana-de-açúcar e soja - 2000-2006

Ano	Área colhida (ha)	
	Cana-de-açúcar	Soja
2000	57.167	9.788
2002	58.222	26.559
2004	66.728	84.076
2005	83.718	89.591
2006	108.009	51.573

Produção Agrícola Municipal - Sistema IBGE de Recuperação automática - SIDRA - 1990 - 2006  
Org.: Joelma C. Santos, 2007.

Assim, fica claro que a região do Pontal do Paranapanema é palco de disputas por terras. Apenas entre janeiro e março de 2007 foram realizadas 12 ocupações na região.

Os incentivos à produção da cana em todo o país, ocorrem com o apoio do governo federal, que incentiva o agronegócio, pois para a safra 2007/2008, devem ser destinados 58 bilhões para os grandes proprietários, ao passo que para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) estão previstos apenas R\$ 12 bilhões. No que se refere ao agronegócio, há um aspecto particular que é o apoio do atual presidente aos usineiros e ao aumento da produção de etanol para exportação, o que tira o foco da reforma agrária.

Portanto, com a expansão da cana no oeste paulista, intensificam-se as disputas territoriais entre os grileiros, que podem se beneficiar do avanço da cana e os movimentos sociais. Este território é (re)ordenado, ocorrendo uma reestruturação espacial e produtiva, que alteram as relações sociais de produção e de trabalho.

No próximo item discutiremos a intensificação das condições precárias de trabalho dos trabalhadores empregados no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, movidas pela expansão da cana-de-açúcar .

### **A intensificação do trabalho precário no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente/SP**

O (re)ordenamento do capital no setor sucroalcooleiro tem impactado também o universo dos trabalhadores, pois na atual fase de reestruturação produtiva do capital, a precarização do trabalho é agravada à medida que são inseridas novas formas de controle social e de domínio ideológico sobre os trabalhadores.

São várias as formas de domínio sobre os trabalhadores, tanto no que diz respeito à captura de sua subjetividade que, em sintonia com o fetiche da mercadoria e dos salários é capaz de desviar a atenção dos trabalhadores de questões centrais, como a intensidade da precarização a que são submetidos, além de tirar o foco da necessidade de se organizarem a partir das lutas rumo à sua emancipação.

A reestruturação produtiva ocorre à medida que são renovadas as condições de acumulação, além de serem criados e/ou aperfeiçoados novos mecanismos de produção. No caso do capital sucroalcooleiro, nos últimos anos, os empresários do setor apostam na mecanização do corte da cana-de-açúcar e das demais atividades no interior das usinas como forma de garantir o total controle do processo de trabalho.

Dessa forma, em todo o país a colheita mecanizada divide espaço com quase meio milhão de cortadores de cana em condições de existência extremamente degradantes. Cabe destacar que, além da mecanização do corte, outras atividades no interior da planta fabril também passam a ser automatizadas levando, conseqüentemente, estes trabalhadores ao desemprego, subemprego e a outras formas de sujeição da venda da sua força de trabalho, em condições de extrema precariedade.

Considerando que uma máquina pode colher 800 toneladas de cana-de-açúcar por dia ou mais, os trabalhadores são forçados a intensificar o seu ritmo de trabalho. Assim, Marx (1979) já atentava para o fato de que a máquina, ao se apoderar pouco a pouco de um ramo da produção, produz miséria crônica entre os trabalhadores que com ela concorrem e é o que estamos verificando com a mecanização do corte da cana. Neste contexto, o autor enfatiza:

[...] o instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. [...] Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor-de-troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-de-uso. O trabalhador é posto no mercado como papel moeda retirado da circulação. (MARX, 1979, p. 492-493).

A reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro tem se intensificado no início do século XXI, em meio ao decréscimo relativo da parte variável do capital, pois, de acordo com Marx (2006), com o emprego das máquinas, transforma-se mais material e quantidades maiores de matérias primas e de materiais acessórios que entram no processo de trabalho, como consequência da produtividade crescente do trabalho. Por outro lado, a maquinaria e os demais elementos empregados são condições para o aumento da produtividade do trabalho.

É a partir destas leis mais gerais que podemos entender o aumento da mecanização do corte da cana, pois as máquinas intensificam a produção e substituem o pagamento da mão-de-obra. Isto explica as leis criadas com o objetivo último de extinguir a colheita manual, a exemplo do estado de São Paulo, cujo prazo firmado entre usineiros e a Secretaria do Meio Ambiente para eliminar gradativamente as queimadas, foi antecipado de 2031 para 2017.

Dessa forma, em 1981 havia 625 mil trabalhadores empregados no setor sucroalcooleiro. Em 2004, houve uma redução para 493.162 trabalhadores temporários e 251.480 empregados permanentes, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Em 2005, dos 519 mil trabalhadores da cana, 150 mil eram analfabetos, sendo 30 mil em São Paulo.

De acordo com Cossi (2007), houve queda de 20,9% no número de trabalhadores rurais no setor sucroalcooleiro. Em contraste com esta queda, houve um aumento da produção no mesmo período, de 153,78 milhões de toneladas para 416,26 milhões de

toneladas em 2004. No estado de São Paulo, cerca de 42% a 45% da produção de cana já é colhida por máquinas, índice acima do nacional, que se situa entre 35% e 37%.

Para Faria e Faria (2007), o embate entre a colheita manual e mecanizada da cana é o custo do corte, carregamento e transporte, que é cerca de 25% menor quando a cana é crua e colhida mecanicamente e, 37% menor quando é queimada e colhida mecanicamente, comparada ao corte manual.

De acordo com o Instituto de Economia Agrícola, o Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente registrou no ano de 2006, entre os cortadores de cana, uma média de 8,57 toneladas de cana/homem/dia, sendo que a quantidade máxima constatada pelo mesmo Instituto foi de 12 toneladas cana/homem/dia nesta mesma região.

Nos 36 Escritórios de Desenvolvimento Rural do estado de São Paulo, os que registraram os maiores volumes de cana cortada por dia por trabalhador no ano de 2006 foram Franca e Votuporanga, sendo que o EDR de Presidente Prudente, que contempla nossa área de estudos ocupou a quinta posição (Tabela 2).

Tabela 2 – Escritórios de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo – maiores volumes de cana cortada/dia/trabalhador – 2006

<b>Escritórios de Desenvolvimento Rural</b>	<b>Toneladas de cana/dia/trabalhador</b>
Franca e Votuporanga	18
Mogi-Mirim	17
Pindamonhangaba, General Salgado, Bauru, São José do Rio Preto e Limeira	15
Tupã	14
Presidente Prudente, Barretos, Araraquara, Dracena, Avaré, Araçatuba, Piracicaba, São João da Boa Vista, Fernandópolis, Assis, Ribeirão Preto, Andradina e Sorocaba	12

Fonte: Instituto de Economia Agrícola - 2006  
Org.: Joelma C. Santos, 2007.

Nesse contexto, Martins (2002) destaca que havendo excedentes de mão-de-obra e tarefas que podem ser cumpridas em regime de trabalho intensivo, o mercado se encarrega de deprimir o valor da força de trabalho e também de viabilizar a servidão.

Verificamos em trabalho de campo, realizado em maio e outubro de 2006 e maio de 2007, através de entrevistas com trabalhadores das empresas do setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, casos de trabalhadores que não sabiam sequer quanto receberiam ao final de um dia de trabalho, por metro da cana cortada. Em alguns casos, relatados por trabalhadores da Destilaria Santa Fany, no município de Regente Feijó, há dias em que nem mesmo ao final do dia sabem quanto colheram e quanto receberão por isto. Considerando que há contrato de compra e venda da força de trabalho, o mínimo que estes trabalhadores têm direito é de saber por quanto estão vendendo a sua mercadoria, ou seja, a força de trabalho, para que possam comprar as mercadorias de que necessitam para sobreviver.

É interessante observar que Silva (1999), ao tratar do “laboratório secreto do eito”, visando a entender a exploração e dominação dos processos de trabalho nas diferentes culturas: cana, algodão, laranja, etc, aponta que a desqualificação e segmentação destes trabalhadores os “habilita” a fazer todos os serviços.

Sendo assim, observamos em trabalho de campo, que os cortadores de cana já trabalharam “apanhando” algodão (cultura em decadência na região, em virtude da expansão da cana) e, mesmo hoje, quando não estão cortando cana e termina a safra, trabalham no plantio de grama, ou plantio da cana ou mesmo algodão, apanham café e, como eles dizem “*o que aparecer de serviço na roça a gente vai*”.

Para Silva (1999), é dessa forma que

[...] produz-se a figura do trabalhador volante, trabalhador livre no seu estilo mais puro. A concepção de que ele pode vender sua força de trabalho a quem lhe aprovar assume aqui o ponto mais extremado: vários padrões durante o ano. Cria-se o paradoxo, para a maioria deles, de trabalharem o ano todo e serem considerados temporários volantes. (SILVA, 1999, p. 83-84).

No interior desta categoria, surge também o que a autora denomina de dialética da diferenciação-indiferenciação, que cumpre a função de mascarar as relações de exploração. As diferenças são sociais, étnico-raciais, entre sexos e, no caso específico do corte da cana, o bom cortador de cana, o que é “obediente”, pois conforme nos foi relatado por um cortador da Usina Alto Alegre, “*a usina não gosta de tatuagem, de falta, de gente desobediente, que faz greve não*”.

Dessa forma, pensando nas diferenciações que ocorrem no interior do processo produtivo nos canaviais, constatamos dentre 113 cortadores de cana entrevistados entre

maio de 2006 e maio de 2007, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, que a maioria destes, ou seja, 68 trabalhadores (60%) são pessoas de até 35 anos, sendo que 29 destes trabalhadores têm entre 19 e 25 anos e, 39 trabalhadores têm entre 26 e 35 anos. Constatamos também que 28 trabalhadores tinham entre 36 e 45 anos (25%), 11 com idade entre 46 e 55 anos (10%) e 6 trabalhadores com idade entre 56 e 66 anos (5%), conforme o gráfico 1.

Esta predominância de trabalhadores jovens pode ser explicada pela cobrança da produtividade. Como o trabalho é extremamente degradante e exige muito esforço, trabalhadores mais jovens conseguem atingir estas metas com mais facilidade.

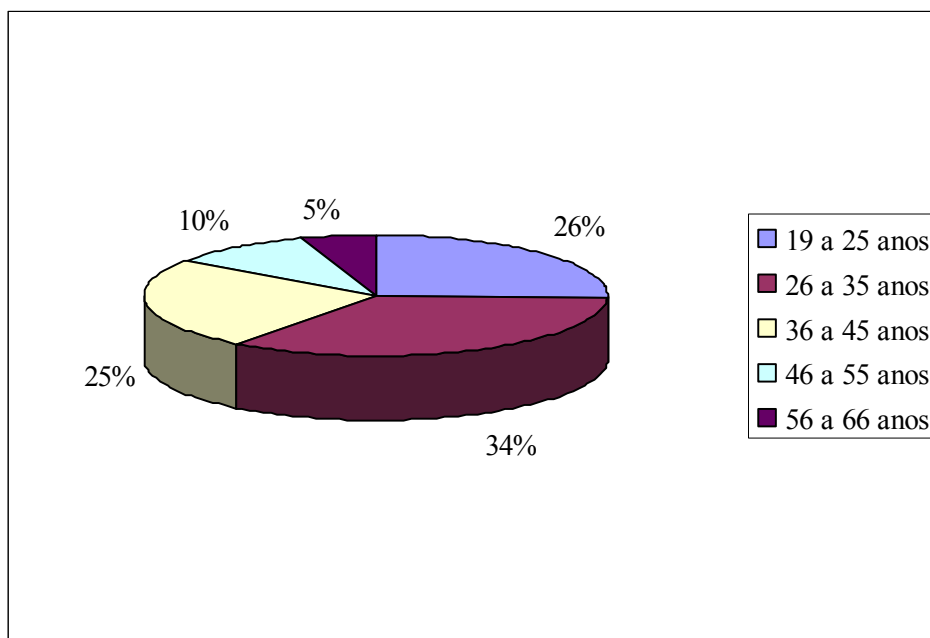


Gráfico 1 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): idade dos cortadores de cana entrevistados empregados pelas usinas

Fonte: Trabalho de campo – maio/out/2006 e maio/2007

Org.: Joelma C. Santos

O pagamento por produtividade expressa uma das formas mais terríveis de controle sobre o trabalho, pois o próprio trabalhador interioriza esta cobrança em relação ao aumento da produtividade. Silva (2005) ressalta que dessa forma, ao incorporar o aumento da produtividade, há uma elevação da taxa de exploração, sem a necessidade de investir em máquinas e equipamentos.

É justamente ao tentar superar os limites de sua força física, que o seu físico reage. Os trabalhadores relatam os desmaios e as câibras que ocorrem nos canaviais. Para minimizar, as usinas oferecem então uma solução de soro fisiológico. Outro problema constatado, de acordo com os entrevistados é “a coluna travar” no meio do canavial.

Trabalhadores da Usina Alto Alegre revelaram que câibras e problemas na coluna, não costumam ser socorridos, já que para os mesmos, “*a usina socorre a gente só em caso de acidente grave*”. Nesta empresa, encontramos trabalhadores que chegam a cortar de 7 a 10 ruas de cana por dia.

Os acidentes mais ocorridos com os entrevistados são os cortes com o facão. Um trabalhador destaca: “*já cortei os 2 tendões, a perna e tô aqui*”, de forma que cortes nos dedos, eles até se esquecem de mencionar, pois para eles é algo muito comum.

Os rendimentos mensais dos cortadores de cana entrevistados, variavam entre R\$ 180,00 e acima de R\$ 900,00 - equivalentes em dólar, entre US\$ 102,31 e US\$ 511,57<sup>1</sup>. Constatamos, dentre os 113 entrevistados, que a maioria, ou 47 trabalhadores têm rendimentos mensais entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00, (ou US\$ 227,36 e US\$284,2), seguido por outros 26 que recebem entre R\$ 501,00 e R\$ 600,00 (US\$ 341,04) e, outros 15, com rendimentos entre R\$ 301,00 e R\$ 400,00, outros 3 trabalhadores, com rendimentos abaixo de R\$ 300,00, ou seja, abaixo de US\$ 170,52. Outros 7 trabalhadores recebiam entre R\$ 600,00 e R\$ 700,00 (US\$ 397,89), e de R\$ 701,00 a R\$ 900,00 foram 7 trabalhadores, acima de R\$ 900,00 (US\$ 511,57), encontramos apenas 1 cortador de cana (Gráfico 2). Estas informações referem-se a 107 trabalhadores, já que os outros 6 desconheciam seus rendimentos no momento da entrevista, por não terem ainda completado 1 mês na usina.

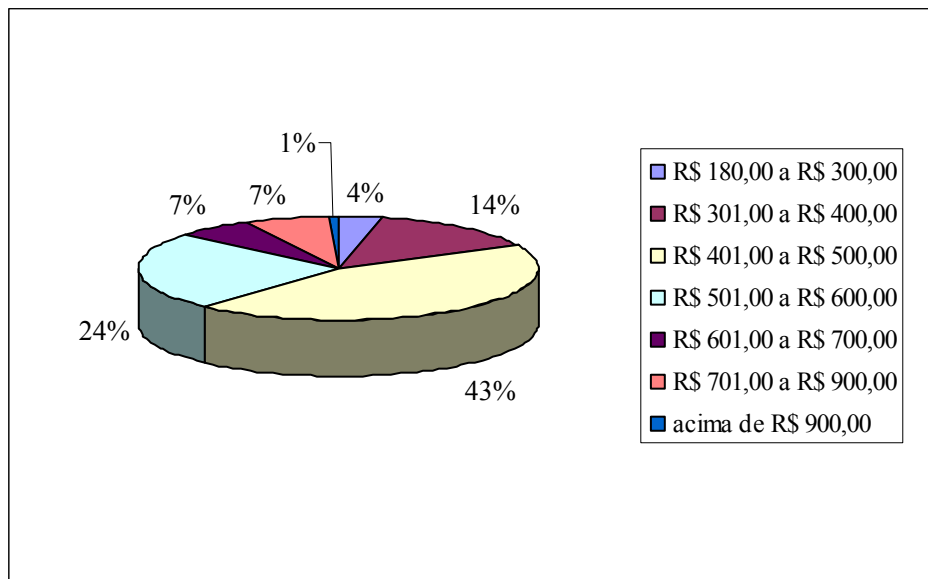


Gráfico 2 - Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): rendimentos mensais dos cortadores de cana entrevistados

Fonte: Trabalho de campo – maio/out/2006 e maio/2007 Org.: Joelma C. Santos

Estes trabalhadores, embora explorados e coagidos pelas diversas formas de controle do capital ainda acreditam nas possibilidades de mudanças, porém têm consciência das diversas penalizações que as usinas podem lhes atribuir como consequência de sua organização e manifestações, como paralizações e greves.

Em trabalho de campo, realizado em 2007, cortadores de cana entrevistados da Usina Alto Alegre, afirmaram que em 2002, participaram de uma tentativa de greve, porém, relataram que a empresa despede os trabalhadores envolvidos em movimentos grevistas. Relataram que um amigo que liderou uma greve, “*nunca mais arrumou emprego em usina nenhuma*”.

Um trabalhador da Usina Alto Alegre relatou em entrevista realizada em maio de 2006: “*a usina quer 4 e meio de aumento (4,5%), o sindicato quer mais...para parar (no sentido de fazer paralizações ou greves) tem que parar a maioria, se parar um só a usina manda embora.*” O trabalhador destacou que a empresa chamou a polícia em 16/05/2006, para impedir a entrada do sindicato na usina. Uma das exigências desta empresa para renovar o contrato de trabalho, para a próxima safra é que estes não tenham envolvimento com os sindicatos.

No ano de 2007, outra forma de resistência, inclusive à expansão da cana-de-açúcar ocorreu durante o “Abril Vermelho”, durante uma série de manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por todo o país. Algumas grandes



propriedades tomadas por canaviais foram ocupadas na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, movidas pelo descontentamento na distribuição da estrutura fundiária, concomitante ao avanço da cana-de-açúcar na região. Isto demonstra que há resistência dos trabalhadores, devido à não aceitação de um modelo único imposto e que eles estão dispostos a se organizarem e se imporem frente às diversas formas de domínio que lhe são impostas.

Para Antunes (2003), embora o mundo do trabalho se encontre heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de emancipação humana podem se tornar concretas a partir das revoltas e rebeliões que surgem centralmente no mundo do trabalho.

Em outro momento, Antunes (2005) destaca que as recentes ações de resistência dos trabalhadores sinalizam as formas contemporâneas assumidas entre o capital social total e a totalidade do trabalho. Dessa forma, o autor cita algumas dessas ações manifestadas, como a

[...] eclosão do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil, além das inúmeras greves (gerais e parciais), mas freqüentemente com caráter de confrontação, que vêm ocorrendo na Argentina, Equador, México, Brasil etc., entre tantas formas de rebeldia que se tem presenciado no mundo contemporâneo. Esses exemplos não são evidências de um cenário de integração, de *pacificação dos conflitos sociais* [...], mas revelam o quadro de crescente instabilidade e confrontação social entre capital e trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 165).

Porém, esta confrontação entre capital e trabalho esbarra em alguns receios por parte dos trabalhadores, como no caso dos entrevistados das usinas da região, cujo principal receio quanto à participação em greves é a repressão por parte das usinas, o medo de ficarem desempregados, ou seja, mais uma forma de coação do capital sobre o trabalho.

Outro elemento importante referente à resistência, à não aceitação de um modelo único imposto, está ligado ao fato de que encontramos cortadores de cana, trabalhadores que em sua existência, entre ser camponês e ser operário, de acordo com condições de tempo, trabalho e lugar, conforme discutido por Thomaz Júnior (2006b), já participaram de movimentos de luta pela terra, como o MST. Assim, de 20 entrevistas que questionavam se os trabalhadores já haviam participado de algum movimento social,

realizadas em maio de 2007, encontramos 08 trabalhadores que já passaram pela experiência de um acampamento, já tendo participado do MST.

Ainda diante das diversas manifestações de resistência, estas esbarram na contradição estrutural, abordada por D’Incao (1976), ao compor um conjunto de proposições para estudar o bóia-fria na Alta Sorocabana. Assim a autora destaca a contradição estrutural entre os interesses dos empresários rurais e os dos bóias-frias, que responde pela existência histórica de um potencial negador do sistema.

Dessa forma, o potencial emancipatório dos trabalhadores se confirma também entre os cortadores de cana entrevistados, porém esbarra nas formas de coerção que o capital lhes impõe e aí está justamente o ponto que os trabalhadores têm que superar em suas formas de organização.

### **Considerações Finais**

As tramas que envolvem a espacialidade do setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente devem ser apreendidas a partir das relações sociais de produção e das forças produtivas sociais, que aí se materializam, sem, contudo serem novas, pois apenas adquirem novos contornos e configurações, marcados pela intensificação da precarização do trabalho no processo de reprodução social do capital.

Dessa forma, em meio ao movimento de reprodução ampliada do capital e, mesmo no deslocamento de suas contradições, surgem “modernas” formas de superexploração e aprisionamento do trabalho, onde podemos citar as novas formas de trabalho escravo, como ocorre nas usinas de açúcar e álcool que mantém trabalhadores em regime de confinamento, em alojamentos precários, cujas dívidas são contraídas desde a sua chegada ao local de trabalho, sendo que estes trabalhadores perdem suas referências sociais e espaciais, a partir de sua imobilização, através da repressão física ou moral, fato facilmente verificável em canaviais de todo o Brasil.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente tem ocorrido a expansão do setor sucroalcooleiro, com o (re)abertura de antigas unidades agroindustriais, além da instalação de outras novas, em um cenário marcado pela ofensiva do capital sobre o trabalho, engendrando a precarização, que se manifesta a partir da terceirização,

subcontratação, desemprego e, mesmo dentre os empregados há falta de equipamentos de segurança, piso salarial inferior ao da categoria e medidas punitivas contra aqueles que buscam empreender uma mínima superação da captura de sua subjetividade, como o risco de não serem contratados em uma próxima safra.

Assim, verificamos que há muitos elementos a serem desvendados nesta área de estudo, em que grande parte da mesma é marcada pela luta pela terra, cenário agravado pela nova destinação que é conferida a estas terras, ou seja, o plantio da cana-de-açúcar por grupos de outras regiões, a partir de um (re)ordenamento movido pela concentração e centralização de capitais no setor, que rebate diretamente sobre o trabalho, intensificando a sua precarização diante das modernas formas de aprisionamento do trabalho frente à destrutividade do capital.

#### Notas:

---

<sup>1</sup> A conversão de R\$ para US\$ apresentada neste texto refere-se à cotação do dia 21/11/2007, ocasião em que o dólar paralelo foi cotado a R\$ 1,76, conforme o BANCO CENTRAL DO BRASIL.

#### Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COSSI, J. Trabalho no corte da cana tem dias contados, diz estudo. **Folha News**, São Paulo, 11 set. 2007. Disponível em: <http://www.uai.com.br>. Acesso em: 14 set. 2007.

D'INCAO, M.C. **O bóia-fria:** acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1976.

FARIA, R.C.; FARIA, M.R.M. Cana: mecanizar ou humanizar? **Estado de Minas**. 01 out. 2007. Agropecuário. Disponível em: <[www.estadodeminas.com](http://www.estadodeminas.com)>. Acesso em 5 out. 2007.

FERNANDES, B.M. **MST - Movimento dos trabalhadores rurais sem terra:** formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1999.

GONÇALVES, A. Com Albertina, noruegueses estréiam no álcool. **Valor Econômico.** Disponível em: <[www.fiorde.com.br](http://www.fiorde.com.br)>. Acesso em: 15 jul. 2007.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal.** Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em 18 abr. 2007.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política – O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política – O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Livro 1, v. 2, 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org). **Geografia: teoria e crítica - o saber posto em questão.** Petrópolis: Vozes, 1982. p. 33-63.

NOEL, F. L. Etanol: o desafio do combustível verde. **Problemas brasileiros.** Disponível em: <[www.sescsp.org.br](http://www.sescsp.org.br)>. Acesso em: 06 out. 2007.

SANTOS, J.C. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP.** 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) FCT – UNESP, Presidente Prudente, 2004.

SILVA, A.A.; FERNANDES, B.M.; VALENCIANO, R.C (Coord.). **RIST – Relatório de impactos socioterritoriais.** Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

SILVA, M.A.M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. **AGRÁRIA,** São Paulo, n. 2, p.2-39, 2005.

TAUTZ, C. A corrida estrangeira pelo álcool brasileiro. Disponível em: <[www.outraglobalização.blogspot.com/2007/06/corrída-estrangeira-pelo-lcool.html](http://www.outraglobalização.blogspot.com/2007/06/corrída-estrangeira-pelo-lcool.html)>. Acesso em: 06 out. 2007.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**: a relação capital-trabalho e o movimento sindical. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002a.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia do Trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, v.3, p.1-21, outono de 2002b. Número Especial.

\_\_\_\_\_. O metabolismo do capital no campo, em São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L; ARAÚJO, R. (Org). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 83-114.

\_\_\_\_\_. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A. et al (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**: volume 2. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2006. p.130-167.